



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Da Sra. Jô Moraes)

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o Quadro Especial de Sargentos da aeronáutica - QESA.

Senhora Presidente,

Requeremos, nos termos do Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o quadro especial de sargentos da aeronáutica – QESA. A referida audiência contaria com a presença dos seguintes convidados:

- Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa Jaques Wagner;
- Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica Tem. Brig. Do Ar Nivaldo Luiz Rossato;
- Ilmo. Sr. Sgt R/R José Wellington Honorato de Andrade – Presidente da Comissão CNQB-CE;
- Ilmo. Sr. Sgt R/R Robson Ribeiro Torquato – Presidente da ASQECAER.

Sala da Comissão, em 11 de março de 2015.

Deputada Jô Moraes
PCdoB

Deputada Margarida Salomão
PT/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA:

"A presente solicitação desta Audiência Pública nessa conceituada Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem a intenção de se buscar a realização de um intercâmbio de entendimento e apoio aos ex- Cabos e atuais Sargentos do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica - QESA, que tiveram seus direitos tolhidos ao serem discriminados em relação ao extinto Quadro de Cabos mulheres da Aeronáutica, e recentemente, em relação ao Quadro de Taifeiros daquela força. Tal Audiência Pública, visa também dar mais voz a esta classe de militares que dado o mérito de sua história e luta por seus direitos, conseguiram no ano de 2013, criar a segunda maior Frente Parlamentar do Congresso Nacional, intitulada "Frente Parlamentar da Causa QESA". E ainda, receberam no ano de 2014, expressiva unanimidade de aprovação a emenda 072/2014, apresentada na Medida Provisória 632/2013 na Câmara dos Deputados, e expressiva unanimidade de aprovação no Senado Federal, aos artigos 41 e 42 do PLV 05/2014. Recebendo posteriormente, o veto presidencial de número 15, dado a erro de vício, ou seja, tal projeto de apoio a estes militares das Forças Armadas, tem que partir do Executivo. Razão do requerimento desta Audiência Pública que possui a envergadura única de uma mediação através do diálogo, da verdade, do respeito, da ética, do direito e da justiça, objetivando-se chegar a um consenso de acordo da melhor solução para esta situação junto as excelentíssimas autoridades do Poder Executivo, pondo um fim neste sofrimento desta classe, que perdura por quase 32 anos clamando por justiça."



CÂMARA DOS DEPUTADOS